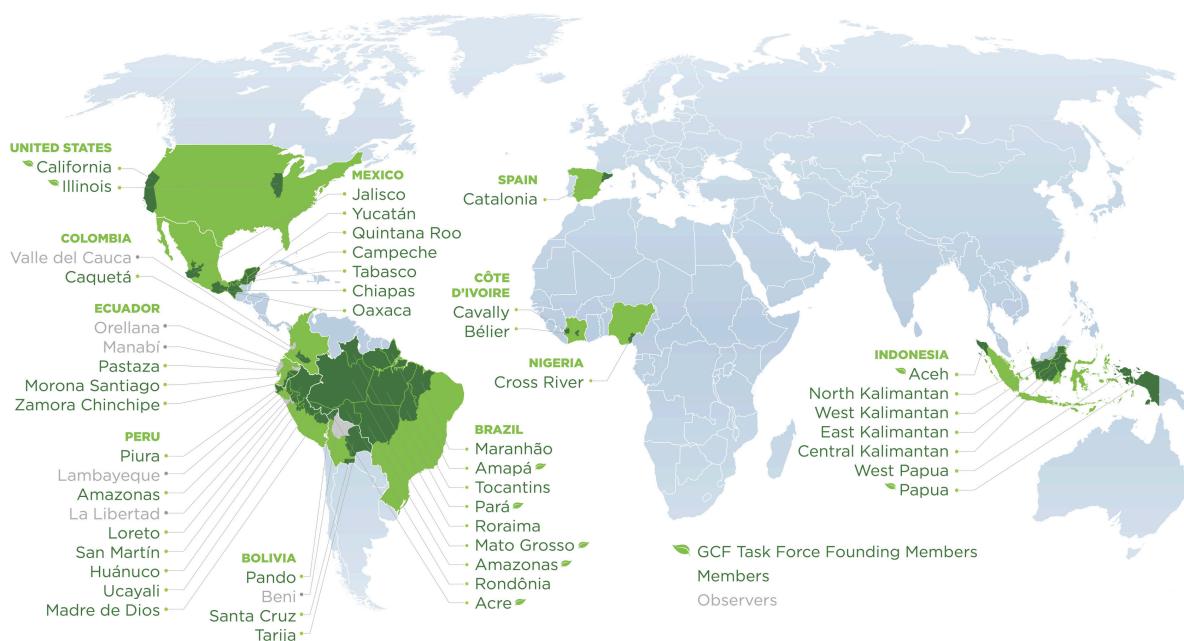


PERSPECTIVA PARA UMA NOVA ECONOMIA FLORESTAL



UCAYALI, PERU | 11 DE OUTUBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A construção de uma Nova Economia Florestal é um dos desafios mais importantes de nosso tempo. Isso é fundamental para o clima. É fundamental para a biodiversidade. E é fundamental para a subsistência e a segurança econômica de bilhões de pessoas em todo o mundo. Sem uma Nova Economia Florestal - que proteja florestas intactas, restaure terras degradadas e crie empregos e oportunidades econômicas para os milhões de pessoas que vivem nessas florestas - as florestas tropicais do mundo não sobreviverão e regiões inteiras enfrentarão um colapso ecológico.

Sabemos que ações de comando e controle de curto prazo podem reduzir o desmatamento. Mas também sabemos que essas medidas, por si só, nunca levarão à transformação econômica de longo prazo que essencial para resolver os problemas do desmatamento tropical e das mudanças climáticas. Assim como a transição para a energia limpa, a construção de uma Nova Economia Florestal exige um compromisso contínuo com a criação de setores totalmente novos que gerarão os empregos e as oportunidades econômicas que nosso povo precisa e merece.

Esse é um desafio de investimento. Mas também é um desafio de planejamento e coordenação - e um desafio de inovação e imaginação. **Não há balas de prata - nenhuma abordagem pan-tropical única que possa ser dimensionada e replicada em todos os lugares.** Nossas regiões são muito diferentes.



Mas enfrentamos desafios comuns e aprendemos muito uns com os outros ao longo de quinze anos de trabalho conjunto por meio da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas (GCF Task Force). Sabemos que a ação e a liderança subnacionais são fundamentais no esforço para construir uma Nova Economia Florestal. Sabemos que somos responsáveis por grande parte do trabalho árduo de implementação e teste de novas abordagens. E sabemos que não podemos avançar sem a confiança e a colaboração de nossas comunidades indígenas e locais.

Para isso, nossa abordagem começa com estratégias jurisdicionais abrangentes e planos de investimento que respondem diretamente s realidades locais e estabelecem caminhos realistas para uma Nova Economia Florestal em nossas jurisdições individuais. Nos últimos quinze anos, trabalhamos com parceiros importantes para projetar, elaborar e aprimorar continuamente essas estratégias jurisdicionais e planos de investimento em toda a nossa rede. Em conjunto, essas estratégias jurisdicionais e planos de investimento deixam claro que temos a visão e a vontade política, as estruturas abrangentes e os projetos e atividades financiáveis necessários para construir uma Nova Economia Florestal.

Mas no podemos fazer isso sozinhos. Nossos governos continuam lutando contra cortes orçamentários e de pessoal. Os modestos compromissos internacionais de financiamento para florestas geralmente não chegam até nós. Além disso, nossos governos nacionais estão enfrentando crises fiscais contínuas, marcadas por enormes cargas de dívidas e saídas líquidas de capital para o Norte Global. Mais fundamentalmente, muitas das pessoas que vivem em nossas jurisdições ainda não viram nenhum benefício tangível da agenda de florestas e clima, o que agrava os desafios políticos que enfrentamos ao tentar tornar essa agenda politicamente atraente.

Para dizer o óbvio, o status quo não está funcionando e estamos ficando sem tempo. Portanto, continuamos a pedir aos governos nacionais e à comunidade internacional que trabalhem conosco para mobilizar novos fundos e, o que é igualmente importante, para criar novos mecanismos e redesenhar os existentes que possam fornecer financiamento de forma rápida e ágil para apoiar nossos esforços. **Em dezembro passado, pedimos aos nossos governos nacionais e à comunidade internacional que mobilizassem US\$ 1 bilhão para apoiar nossos esforços de construção de uma Nova Economia Florestal. Hoje, estamos apresentando uma perspectiva de como esse dinheiro pode ser empregado.** E, não se engane, não somos ingênuos a ponto de pensar que simplesmente dizer qualquer uma dessas coisas fará com que isso aconteça. Mas também sabemos que precisamos continuar pressionando por um apoio real e duradouro.

Nossa Perspectiva descreve quatro atividades principais que são o alicerce blocos para uma economia da Nova Floresta:



BIOECONOMIA



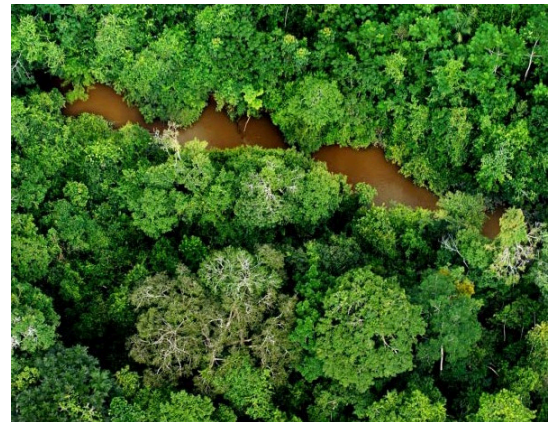
INFRAESTRUTURA NATURAL



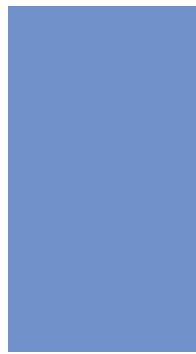
RESTAURAÇÃO



INTENSIFICAÇÃO



As iniciativas específicas dentro de cada um desses blocos de construção serão obviamente diferentes em nossa rede, dependendo das condições locais e regionais. Algumas de nossas jurisdições também precisarão se concentrar mais em determinadas atividades do que outras. De modo mais geral, cada uma dessas atividades também implica diferentes necessidades de financiamento e apresenta diferentes desafios de projeto para a aplicação desse dinheiro. Assim, por exemplo, o financiamento da bioeconomia pode exigir concessões rápidas e em escala relativamente pequena para comunidades e empreendedores, enquanto o financiamento da restauração e da infraestrutura natural pode exigir fluxos maiores de recursos vinculados ao financiamento do desenvolvimento, diferentes tipos de instrumentos de crédito e abordagens de pagamento por serviços ecossistêmicos.



Além disso, **dadas as diferenças regionais e nacionais em nossa rede, acreditamos que os mecanismos novos e existentes devem ter um foco regional ou.** O que funciona no Brasil ou na região amazônica pode não funcionar na Indonésia. Mecanismos de financiamento nacionais, como sistemas de crédito agrícola e rural ou novos regimes de precificação de carbono, também podem desempenhar um papel fundamental. Esta Perspectiva aborda essas diferenças e descreve alguns dos mecanismos novos e existentes que poderiam ser usados para apoiar iniciativas promissoras nessas áreas-chave. Em nossa opinião, **o mais importante é começar agora e adotar uma abordagem de melhoria contínua** à medida que avançamos e aprendemos com a experiência.

COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI

Em 2022, lançamos o [Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal \(MAP\)](#), comprometendo nossos governos com reduções substanciais no desmatamento e convocando parceiros para apoiar nossos esforços para criar abordagens abrangentes e em toda a jurisdição para uma Nova Economia Florestal. O MAP está centrado em quatro pilares principais: nossos esforços devem trabalhar, em primeiro lugar, para as pessoas e as comunidades em nossos territórios; esse trabalho deve se basear na mobilização da ciência e da tecnologia, juntamente com o conhecimento e a sabedoria tradicionais; o reconhecimento e o apoio aos nossos esforços locais exigirão apoio financeiro substancial e flexível de todas as fontes; e garantiremos que esse trabalho perdure por meio de boa governança e políticas públicas duradouras. Como enfatiza o MAP, nós conhecemos melhor nossas realidades e, com apoio, estamos mais bem situados para implementar soluções.

Em 2023, demos continuidade ao MAP com uma [Call-to-Action](#) para financiar nossos esforços para construir uma [Nova Economia Florestal](#) lançada durante a 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Essa Chamada à Ação, lançada em conjunto com nosso Comitê Global para Povos Indígenas e Comunidades Locais, busca co-criar mecanismos de financiamento flexíveis e substanciais - alavancando os mecanismos e compromissos existentes tanto quanto possível - para direcionar US\$ 1 bilhão em investimentos para a implementação de nossas estratégias jurisdicionais de desenvolvimento de baixa emissão e governança florestal.

Em abril de 2024, um dos nossos mais novos membros, Santa Cruz, na Bolívia, sediou um [intercâmbio técnico](#) entre jurisdições membros da Força Tarefa GCF, líderes indígenas, doadores e outros parceiros, para iniciar o processo de co-projeto um conjunto de mecanismos de financiamento regional para apoiar os esforços da Nova Economia Florestal em nossas jurisdições. A partir desse intercâmbio, identificamos um conjunto claro de princípios de projeto e atividades-chave para esses mecanismos de financiamento regional. Hoje, durante nossa Reunião Anual de 2024, em Ucayali, Peru, compartilhamos essa Perspectiva e esperamos trabalhar em estreita colaboração com os parceiros em prol da Nova Economia Florestal.



PRINCÍPIOS DA PERSPECTIVA PARA O FINANCIAMENTO DA NOVA ECONOMIA FLORESTAL

O financiamento da Nova Economia Florestal precisará ser adaptado às necessidades e realidades específicas de nossas jurisdições. Parte desse financiamento precisará vir de parceiros internacionais, inclusive por meio de acordos bilaterais, filantropia, bancos multilaterais de desenvolvimento, investidores do setor privado e outras fontes; mas, em última análise, grande parte dele terá de vir de fontes domésticas em nossa Os recursos financeiros são gerados por meio de mecanismos de financiamento que podem ser utilizados nos próprios países e jurisdições, incluindo bancos de desenvolvimento nacionais, regionais e subnacionais, novos esquemas de financiamento público/privado e programas fiscais e de crédito. Atividades diferentes exigirão abordagens diferentes para o financiamento e, em todos os casos, devemos procurar utilizar e, quando necessário, reaproveitar os mecanismos existentes e as instalações de financiamento sempre que possível. Para isso, é fundamental ter em mente os seguintes princípios e compromissos que orientam nosso trabalho:

- **Soluções específicas para o contexto** | Como uma rede global que abrange 11 países, precisamos reconhecer que cada jurisdição e cada região são únicas. E, embora nossos problemas sejam, em geral, gerais (desmatamento e degradação florestal), as soluções serão, muitas vezes, específicas ao contexto. Não podemos buscar uma abordagem única e pantropical, mas devemos desenvolver mecanismos e ações adequados à finalidade com base no contexto, nas circunstâncias e nas estruturas legais locais.
- **Aprendizado, adaptação, replicação** | Apesar dessas diferenças, trabalhamos juntos de forma mais eficaz quando podemos compartilhar o que funciona e ver se pode ser replicado, adaptado e experimentado em nossos próprios contextos.
- **Confiança e Inclusão** | Nosso alcance e nossas parcerias devem ser amplos e inclusivos para criar a confiança necessária para qualquer abordagem eficaz de governança florestal. Devemos trabalhar em diferentes setores e departamentos governamentais e criar processos que incluam nossas comunidades e outras partes interessadas na concepção conjunta de soluções.
- **Integração** | Nossas parcerias e mecanismos existentes são vitais, mas precisamos encontrar maneiras de reduzir a fragmentação e a concorrência, principalmente nas comunidades financeiras e filantrópicas internacionais. Nós todos tentaram se adequar às diversas chamadas de propostas, processos de solicitação de subsídios e empréstimos e requisitos de relatórios. A fragmentação e a falta de coordenação entre os mecanismos de financiamento e os parceiros de financiamento prejudicam nossa capacidade de experimentar e avançar.
- **Agilidade** | Da mesma forma, precisamos encontrar maneiras de reduzir as barreiras para a criação de parcerias mais ágeis e robustas. O tempo e a capacidade necessários para avaliar, solicitar e relatar os resultados muitas vezes servem como barreiras para acessar os mecanismos de financiamento existentes.
- **Entrega rápida** | O tempo necessário para acessar o financiamento atual dificulta a implementação e a experimentação de ações inovadoras no local. Dada a urgência da ação, precisamos encontrar maneiras de garantir que esses mecanismos de financiamento possam ser acessados e desembolsados rapidamente.
- **Impacto em larga escala** | A escala das crises climática, de desmatamento e de biodiversidade é imensa, e nossas soluções também devem buscar ser em larga escala. Os mecanismos de financiamento devem priorizar estratégias e ações que tenham o melhor potencial de impacto em larga escala.



BLOCOS DE CONSTRUÇÃO PARA A NOVA ECONOMIA FLORESTAL

No workshop de Santa Cruz, identificamos quatro atividades principais que servem como blocos de construção para a Economia da Nova Floresta em toda a nossa rede:



Estabelecimento de uma bioeconomia próspera: Promover o uso sustentável de recursos naturais para criar valor econômico e proporcionar meios de subsistência sustentáveis e satisfatórios. Por exemplo, o Brasil lançou a Iniciativa Global de Bioeconomia no âmbito do próximo G20, com o objetivo de aproveitar o potencial econômico de sua biodiversidade e, ao mesmo tempo, promover práticas sustentáveis.



Manutenção da infraestrutura natural: Assim como fazemos quando desenvolvemos infraestrutura de transporte ou eletricidade, devemos considerar nossas florestas e ecossistemas tropicais como infraestrutura natural essencial no que diz respeito ao seu gerenciamento e ao financiamento de sua proteção. Exemplos óbvios dos serviços essenciais à vida prestados por nossas florestas inclui uma regulação do clima local, a redução de danos causados por enchentes, a garantia de suprimentos de água seguros e amplos e a criação das condições adequadas para o crescimento agrícola. É necessário que os membros e parceiros da Força-Tarefa do GCF pensem de forma criativa sobre quem usa esses recursos e se e como isso poderia ser financiado, por exemplo, por meio de títulos do governo, taxas de usuário, pagamentos por serviços de ecossistema ou programas de mercado de carbono em que a receita resultante contribua diretamente para a proteção desses ecossistemas naturais.



Restauração de áreas degradadas: Restaurar os ecossistemas ao seu estado natural para proporcionar benefícios ambientais e econômicos. Os incentivos para a restauração incluem créditos de redução de emissões, promoção da sustentabilidade em cadeias de suprimentos, conformidade com requisitos ambientais e impacto e posicionamento de sustentabilidade (ou seja, marketing/reputação). No entanto, as barreiras para o financiamento corporativo da restauração incluem desafios no local, como questões de posse e políticas não favoráveis, o fato de que os benefícios são, em grande parte, bens públicos e a falta de sistemas de quantificação e mercados para os benefícios da restauração. Os atores subnacionais podem ajudar a enfrentar essas barreiras melhorando a transparência dos dados e a narrativa para atrair investidores para o financiamento do reflorestamento.



Intensificação das atividades econômicas atuais: Aumento da produtividade das commodities agrícolas e das atividades florestais existentes para aumentar o valor, atender à demanda, mas evitar uma expansão maior nos ecossistemas naturais. A intensificação pode garantir o crescimento econômico e reservar terras para conservação e/ou regeneração, fornecendo uma abordagem de gerenciamento de paisagem integrada de fato em escala jurisdicional. Os benefícios da intensificação da agricultura podem incluir rendimentos mais altos em terras agrícolas ou fazendas existentes, ou a conversão de pastagens para criação de peixes com alto teor de proteína, o que reduz a necessidade de converter habitats naturais adicionais em terras agrícolas, protegendo assim os ecossistemas.

Muitas jurisdições membros da Força Tarefa GCF já estão trabalhando arduamente para atrair parceiros de investimento para cada uma dessas atividades principais e desenvolveram projetos que estão prontos para receber investimentos agora. Nossa tarefa é combinar essas ações com mecanismos de financiamento e trabalhar juntos para adaptar esses mecanismos para aumentar a flexibilidade, a escala e o impacto.

MECANISMOS DE FINANCIAMENTO PARA UMA NOVA ECONOMIA FLORESTAL

O estabelecimento de mecanismos de financiamento para apoiar essas atividades da Economia da Nova Floresta deve se concentrar, sempre que possível, na utilização e no reaproveitamento dos mecanismos existentes e, quando necessário, na concepção conjunta de novos mecanismos. A forma específica dos mecanismos variará de acordo com a região e a atividade. A seguir, apresentamos uma possível abordagem para estruturar esses mecanismos em torno das quatro atividades que identificamos acima. Fornecemos outros exemplos de mecanismos de financiamento, bem como estudos de caso, no Apêndice C. E convidamos os parceiros a aprimorarem essas ideias e a se associarem a nós para investir e ampliar as ações urgentemente necessárias onde elas são mais importantes.



CENTROS DE INOVAÇÃO EM BIOECONOMIA

Várias jurisdições da Força Tarefa GCF ([Amapá](#) e [Amazonas](#), no Brasil, e a Comunidade Regional Amazônica do Peru) já estão promovendo seus próprios esforços de bioeconomia em suas jurisdições por meio do apoio da Força Tarefa GCF, da USAID, do CIAT e de outros parceiros. Esses pilotos iniciais precisam ser expandidos e ampliados. Para isso, estamos solicitando financiamento para estabelecer quatro centros regionais de inovação em bioeconomia - na Amazônia brasileira, na Amazônia peruana, na Indonésia e no México. Cada um desses centros serviria para vincular o governo, os atores do setor privado, as comunidades, a sociedade civil e a academia por meio de uma colaboração de pesquisa e concessão de subsídios com foco na inovação de novos produtos, cadeias de suprimentos, operações de logística, plataformas de comércio eletrônico e ferramentas de rastreabilidade para impulsionar investimentos e empregos na bioeconomia. Eles podem também se alinhar estreitamente com parceiros da sociedade civil e instituições nacionais que apoiam a inovação e os negócios, como o [SEBRAE](#) (no Brasil)

O mecanismo de financiamento exigiria o estabelecimento de um patrocinador fiscal para administrar os fundos - como um banco de desenvolvimento regional ou uma empresa de gestão de investimentos como a [KPTL](#), parceira da Força-Tarefa do GCF - e regras claras, inclusive sobre:

- **Tipos de financiamento que aceitariam.** Isso pode incluir capital de risco, filantropia, apoio financeiro nacional e internacional (por exemplo, orçamentos climáticos do governo, bancos de desenvolvimento regional e USAID) e outras fontes.
- **Engajamento e supervisão de representantes.** Cada hub poderia ser estruturado por meio de um tipo de "conselho de administração", incluindo a representação de governos estaduais, atores importantes do setor privado, líderes indígenas e de comunidades locais, investidores, advogados e pesquisadores acadêmicos.
- **Acesso rápido e distribuição de subsídios.** A Força Tarefa GCF identificou os principais critérios baseados nas estratégias de descarbonização jurisdicionais e nos planos de investimento existentes que poderiam formar a base das regras de acesso e distribuição de fundos. Esses critérios podem ser encontrados no Apêndice A. Essas regras especificariam como os produtos desenvolvidos por meio dos hubs apoiarão a criação contínua de empregos, os benefícios para a comunidade e a redução do desmatamento.

O financiamento inicial será necessário para criar os hubs e apoiá-los no estabelecimento de sua estruturas, regras e critérios de concessão de subsídios.

- Isso poderia ser lançado por meio de um concurso aberto de propostas para sediar e estabelecer esses centros, de forma semelhante à maneira como os parceiros da Força Tarefa GCF, [XPrize](#) e [Conservation X Labs](#), lançam desafios e prêmios para inovar e co-projetar soluções.
- Imaginamos que esses centros regionais de inovação em bioeconomia funcionem de forma semelhante ao recentemente anunciado US\$ 7 bilhões em apoio para lançar [centros regionais de hidrogênio limpo](#) nos Estados Unidos.



INSTALAÇÕES FINANCEIRAS DE INFRAESTRUTURA NATURAL

Para proteger e melhorar nossa infraestrutura natural, prevemos a criação de mecanismos de financiamento público interno para ajudar os governos estaduais e locais a proteger, desenvolver e reforçar sua infraestrutura natural, em especial suas florestas e os serviços ecossistêmicos que elas oferecem. Especificamente, estamos solicitando a criação de **Instalações Financeiras de Infraestrutura Natural** regionais que atuariam como entidades de financiamento público que canalizariam recursos para governos estaduais e locais e seus parceiros para apoiar o desenvolvimento de esquemas de Pagamento por Serviços Ecossistêmicos.

Esses novos mecanismos de financiamento público poderiam ser criados recentemente ou abrigados em instituições financeiras existentes, como bancos nacionais de desenvolvimento. Elas exigiriam regras e estruturas claras, inclusive em torno de:

- **Tipos de financiamento que aceitariam.** Isso poderia incluir fundos da venda de títulos do governo, depósito de taxas de usuários (por exemplo, títulos de água ou taxas de uso da água), receitas de impostos sobre carbono ou da venda de créditos de carbono jurisdicionais e/ou da venda de licenças por meio de leilões do mercado de carbono, taxas ou impostos da venda de madeira certificada de forma sustentável, financiamento direto de orçamentos nacionais e domésticos e outras fontes.
- **Acesso rápido e distribuição de financiamento.** A Força Tarefa GCF identificou os principais critérios baseados nas estratégias de descarbonização jurisdicionais e nos planos de investimento existentes que poderiam formar a base das regras de acesso e distribuição de fundos de um Banco de Desenvolvimento de Infraestrutura Florestal. Esses critérios podem ser encontrados no Apêndice A. Essas regras também poderiam incluir termos claros de reembolso e disposições de compartilhamento de custos para garantir que os fundos do banco também atraíam investimentos adicionais.
- **Relatórios transparentes sobre os resultados do gasto dos fundos.** Um exemplo de como isso pode ser feito vem da jurisdição da Califórnia, membro da Força Tarefa GCF, que informa como os recursos da venda de seus leilões do mercado de carbono são desembolsados como [Investimentos Climáticos da Califórnia](#) por meio de programas de subsídios do governo para beneficiar as comunidades e o clima.

Esses Natural Infrastructure Finance Facilities poderiam operar de forma semelhante:

- O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a Reconstruction Finance Corporation, criada na década de 1930 nos Estados Unidos para fornecer financiamento a governos estaduais e locais para apoiar a agricultura, o comércio e a indústria.
- Outro exemplo do tipo de esforço que essas instalações poderiam apoiar vem dos Acordos de Água Recíproca em Santa Cruz, na Bolívia, em que os proprietários de terras a montante concordam em conservar suas florestas em troca de uma compensação na forma de colmeias, árvores frutíferas ou outros recursos que melhorem seus meios de subsistência, que são financiados por taxas de usuários de água a jusante. Esse tipo de taxa poderia ser estruturado como uma fonte de financiamento que ajudaria a capitalizar um banco de desenvolvimento.



AUTORIDADES REGIONAIS DE RESTAURAÇÃO

Muitas jurisdições da Força Tarefa GCF já identificaram áreas importantes em seus territórios para concentrar os esforços de restauração. Entretanto, é necessário um capital inicial significativo para iniciar e manter uma força de trabalho suficiente para conduzir as atividades necessárias de restauração, manejo florestal e cálculo de benefícios. Estamos propondo a alavancagem de fundos públicos e privados por meio da criação de Autoridades de Restauração Florestal regionais que combinem oportunidades ágeis de investimento inicial com atividades de longo prazo. reembolso com base nos benefícios do ecossistema decorrentes dos resultados da restauração. Para possibilitar o trabalho em escala regional, esses fundos poderiam ser projetados para se concentrar em regiões geográficas como a Amazônia equatoriana, áreas transfronteiriças dentro da Bacia Amazônica e as províncias de Bornéu, na Indonésia.

Essas Autoridades de Restauração Florestal poderiam funcionar da seguinte forma:

- **Identificar áreas prioritárias e organizar a força de trabalho local.** Os técnicos e as comunidades dos governos subnacionais identificam as áreas prioritárias para restauração com base nas estratégias jurisdicionais da Força Tarefa GCF e organizam/preparam uma força de trabalho local qualificada (silvicultores, combatentes de incêndios florestais, monitores florestais).
- **Os investidores privados fornecem capital inicial.** Os investidores privados (fundações, bancos, empresas) contribuem com financiamentos concessionais e/ou a taxas de mercado para iniciar as atividades de restauração, incluindo o apoio ao desenvolvimento da força de trabalho.
- **Parceiro de implementação.** Um parceiro de implementação é selecionado para gerenciar o trabalho no local.
- **Contabilidade dos benefícios.** Os parceiros terceirizados garantem uma contabilidade transparente dos resultados e benefícios.
- **Os resultados e benefícios são monetizados.** Isso pode ser feito por meio de financiamento de carbono (por exemplo, por meio da venda de créditos de carbono, receitas de um mercado de carbono local ou nacional ou imposto sobre carbono) e economia orçamentária (por exemplo, menor custo para gerenciar a qualidade da água potável após a restauração).
- **Reembolso dos investidores iniciais.** As receitas/poupanças resultantes são usadas para reembolsar os investidores iniciais e garantir o trabalho contínuo de gerenciamento da floresta.

Dois exemplos destacam como isso poderia ser configurado:

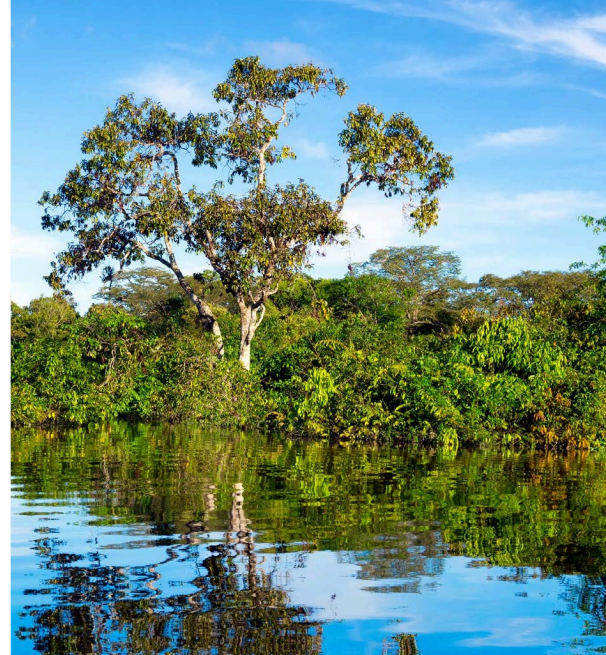
- Um esforço crescente para lidar com os riscos relacionados a incêndios florestais nos Estados Unidos resultou na criação de títulos de resiliência florestal (Forest Resilience Bonds, FRB). Esses FRBs foram liderados por uma organização de conservação sem fins lucrativos, a Blue Forest, juntamente com o World Resources Institute, o Serviço Florestal dos Estados Unidos e a National Forest Foundation. Os investidores privados - filantropia e bancos que fornecem capital concessional abaixo da taxa de mercado, juntamente com bancos e seguradoras que fornecem capital a taxa de mercado - fornecem empréstimos/subsídios para financiar o trabalho inicial de restauração. Isso garante financiamento imediato para contratar empreiteiros locais, realizar atividades de planejamento e restauração e calcular os benefícios resultantes (carbono, qualidade da água, etc.). Com base em nesses benefícios, os beneficiários públicos e privados reembolsam os investidores iniciais. Isso pode assumir a forma de reembolso por meio de receitas provenientes da venda de créditos de carbono, financiamento de subsídios provenientes de impostos/produtos do mercado de carbono gerenciados pelo governo, economias resultantes de melhorias na qualidade da água ou outras fontes inovadoras de reembolso.
- Os projetos de remoção de carbono baseados na natureza têm se concentrado nos esforços de reflorestamento no Sul Global. As compras voluntárias de contratos de compra no mercado de carbono - em que o comprador fornece financiamento inicial para apoiar os esforços de reflorestamento, incluindo empregos locais e outros benefícios para a comunidade, e recebe créditos de carbono em um determinado período de tempo - também podem apoiar o reflorestamento em larga escala. Por exemplo, a Microsoft firmou várias parcerias para obter créditos de remoção de carbono provenientes de atividades de reflorestamento em pastagens degradadas no Brasil e na América Central, incluindo parcerias recentes com a [re.green](#) (restauração de 16.000 hectares ao longo de 15 anos nos estados brasileiros do Maranhão e da Bahia) e com a [Ponterra](#) (restauração de 10.000 hectares na Península de Azuero, no Panamá).



CENTROS DE COMMODITIES SUSTENTÁVEIS

Os produtores de toda a rede da Força Tarefa GCF - pescadores, agricultores, pecuaristas e outros - estão bem cientes dos impactos que o desmatamento tem sobre suas oportunidades de desenvolvimento de longo prazo. Intensificação natural é fundamental para a construção da Nova

Economia Florestal. A avaliação de métodos alternativos de produção - e de oportunidades alternativas de produção - requer pesquisa significativa, acesso a financiamento e inovação no local. Embora muitos dos governos de nossos membros tenham trabalhado para criar as políticas e as condições legais propícias para esse trabalho, o aumento da produção de forma mais sustentável também exige liderança acadêmica e do setor privado. Solicitamos a criação de quatro Centros de Commodities Sustentáveis regionais que reúnam produtores, empresas de commodities, organizações de transparência e organizações comunitárias com redes de pesquisa agrícola para alavancar a ciência e a pesquisa públicas com investimentos do setor privado que beneficiarão produtores, comunidades e economias regionais.



Esses Sustainable Commodity Hubs exigiriam o estabelecimento de um patrocinador fiscal para gerenciar os fundos, parceiros de pesquisa estabelecidos e regras claras de governança, inclusive sobre:

- **Tipos de financiamento que aceitariam.** Isso poderia incluir investimentos de empresas de commodities, capital de risco, filantropia, apoio de financiamento nacional e internacional (por exemplo, orçamentos climáticos do governo, bancos de desenvolvimento regional e USAID) e outras fontes.
- **Parceiros de pesquisa especializados.** Isso deve incluir universidades regionais estabelecidas e redes de pesquisa (por exemplo, a EMBRAPA no Brasil), bem como redes como os parceiros da Força Tarefa GCF no [CIFOR-ICRAF](#) e outras organizações de pesquisa com e sem fins lucrativos.
- **Engajamento e supervisão de representantes.** Cada hub poderia ser estruturado por meio de um tipo de "conselho de administração", incluindo a representação de governos estaduais, atores importantes do setor privado, líderes indígenas e de comunidades locais, investidores, advogados e pesquisadores.
- **Diretrizes claras sobre quais são as melhores práticas para a intensificação sustentável.** Cada hubs e basearia nas práticas recomendadas existentes para a intensificação agrícola sustentável de grupos internacionais, como o [Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola](#) ou a [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação](#), e concordaria em adaptá-las para melhor atender às condições regionais.
- **Acesso rápido e distribuição de subsídios para apoiar a pesquisa aplicada.** A Força Tarefa GCF identificou os principais critérios baseados nas estratégias de descarbonização jurisdicionais existentes e nos planos de investimento que poderiam formar a base das regras de acesso e distribuição de fundos. Esses critérios podem ser encontrados no Apêndice A. Essas regras especificariam como os produtos desenvolvidos por meio dos hubs apoiarão a criação contínua de empregos, os benefícios para a comunidade e a redução do desmatamento.

Exemplos de como as jurisdições da Força Tarefa GCF se concentraram na intensificação incluem:

- A estratégia Produzir, Conservar, Incluir (PCI) do Mato Grosso (Brasil) visa promover a intensificação sustentável da pecuária e da soja por meio do aumento da produtividade e da redução do desmatamento e dos impactos ambientais. A estratégia se concentra na melhoria da eficiência do uso da terra por meio de práticas agrícolas avançadas e medidas de conservação. A produtividade da soja no Mato Grosso está entre as mais altas do mundo, com rendimentos médios de mais de 3,5 toneladas por hectare, refletindo a eficácia desses esforços de intensificação.
- Os esforços do Acre (Brasil) para incentivar os criadores de gado a buscar fazendas de peixes nativos mais sustentáveis e com maior rendimento de proteína em suas terras já degradadas. Essa iniciativa visa aumentar a produção de proteína e reduzir o impacto ambiental da pecuária tradicional. Ao usar terras degradadas para a criação de peixes, o Acre melhora a eficiência do uso da terra e apoia a segurança alimentar local.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

É importante ressaltar que vários mecanismos de financiamento podem (e talvez seja necessário) agrupar diversas fontes (e mecanismos) de financiamento. Por exemplo, um programa de reflorestamento no Amazonas, Brasil, poderia começar com um empréstimo a juros baixos de um banco de desenvolvimento rural para adquirir mudas e treinar trabalhadores, juntamente com um investimento corporativo direto para se envolver com os proprietários de terras e/ou obter uma concessão e, em seguida, incorporar um financiamento de longo prazo por meio de um contrato de compra com um doador/entidade corporativa nacional ou internacional por meio de um mercado de carbono ou de um esquema de pagamento por serviços de ecossistema. A chave para garantir que esses investimentos criem uma Nova Economia Florestal dependerá do alinhamento dos investimentos com as prioridades estratégicas da jurisdição e das comunidades. **Isso também pode exigir a adaptação dos mecanismos de financiamento existentes para reduzir as barreiras ao acesso e alinhar-se com os componentes básicos.**



PRÓXIMAS ETAPAS

Este projeto descreve os principais princípios de design, blocos de construção e mecanismos de financiamento para alinhar com os investimentos necessários no local. A Força Tarefa GCF continuará a desenvolver ferramentas adicionais para que as jurisdições e os parceiros utilizem este Projeto e criem uma Nova Economia Florestal. Essas ferramentas incluirão recomendações para reduzir as barreiras aos mecanismos de financiamento existentes, pesquisas contínuas sobre mecanismos de financiamento e elementos de projeto e ferramentas de dados atualizadas para apoiar a implementação. Consulte nosso [site](#) para obter atualizações e mais informações.

SEJA NOSSO PARCEIRO

Precisamos urgentemente de mecanismos de financiamento mais rápidos, mais eficientes e mais flexíveis para construir uma Economia da Nova Floresta. Propusemos estratégias e ideias ousadas e precisamos de parcerias ousadas e inovadoras para concretizá-las. Venha fazer parceria conosco.

Somos gratos aos nossos parceiros de longa data na Norwegian International Climate and Forest Initiative e a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento por seu contínuo apoio financeiro e parceria com a Força Tarefa GCF. Esta Perspectiva foi concebido para ser um documento vivo e será atualizado em nossa página da Web à medida que novas informações forem disponibilizadas. Quaisquer erros ou omissões não são intencionais, mas são de responsabilidade exclusiva do Secretariado da Força Tarefa GCF.



APÊNDICE A.

TABELA 1. *Critérios para mecanismos alinhados com a Nova Economia Florestal*

CRITERIOS	DESCRICAÇÃO	COMPONENTES
Alinhamento com as metas climáticas e florestais	O financiamento deve apoiar iniciativas que combatam o desmatamento e promovam o uso sustentável da terra.	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância para a conservação florestal e o manejo sustentável da terra • Contribuição para o sequestro de carbono e a redução de emissões • Integração com práticas inteligentes em relação ao clima para alinhamento com as metas climáticas globais
Apoio ao desenvolvimento econômico sustentável e à bioeconomia	Os projetos devem promover uma bioeconomia sustentável, aprimorando as cadeias de valor e a resiliência econômica.	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilidade econômica e sustentabilidade das iniciativas de bioeconomia • Desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis, incluindo produtos agroflorestais e produtos florestais não • Integração com mercados locais e globais
Rastreabilidade e transparência nas cadeias de valor	Garantir a rastreabilidade e a transparência em toda a cadeia de valor para promover a sustentabilidade e a equidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de sistemas de rastreabilidade para produtos florestais • Certificação e rotulagem que apoiem práticas sustentáveis • Transparência nos processos de fornecimento e produção, garantindo comércio justo e práticas éticas
Inclusão e envolvimento com a comunidade	O financiamento deve priorizar o envolvimento da comunidade, aderindo aos Princípios Orientadores da Força Tarefa GCF e à Política de Gênero .	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria com povos indígenas e comunidades locais (IPLCs) no planejamento e na implementação do projeto • Capacitação de grupos marginalizados, especialmente mulheres e populações indígenas • Respeito ao conhecimento e às práticas tradicionais • Garantir que as comunidades se beneficiem diretamente das cadeias de valor e das iniciativas de bioeconomia
Escalabilidade e replicabilidade	Os projetos devem ter potencial para expansão e adaptabilidade em diferentes regiões ou contextos.	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de dimensionar modelos bem-sucedidos de bioeconomia • Replicabilidade de cadeias de valor sustentáveis em outras regiões • Potencial para criar impactos regionais ou globais por meio de iniciativas escalonáveis
Governança, transparência e fortalecimento institucional	Estruturas sólidas de governança devem garantir transparência, responsabilidade e colaboração entre as partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas claras de governança e responsabilidade • Gestão transparente de fundos e prestação de contas • Colaboração entre governos, setor privado, sociedade civil e comunidades locais no gerenciamento de cadeias de valor e projetos de bioeconomia
Inovação, flexibilidade e resiliência de longo prazo	O financiamento deve incentivar abordagens inovadoras e ser adaptável às condições em evolução, garantindo o impacto a longo prazo.	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de modelos inovadores de bioeconomia, incluindo práticas de economia circular • Flexibilidade para se adaptar às mudanças nas demandas do mercado e nas condições ambientais • Garantir a durabilidade e a resiliência dos projetos para proporcionar benefícios de longo prazo
Integridade ambiental e serviços ecossistêmicos	Os projetos devem proteger a biodiversidade, promover serviços de ecossistema e apoiar o gerenciamento sustentável da terra.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento da biodiversidade por meio de conservação e restauração • Práticas de gerenciamento sustentável que protegem os serviços do ecossistema, como o sequestro de carbono e a regulação da água • Minimização das pegadas ecológicas nos processos da cadeia de valor
Resultados mensuráveis e objetivos dos membros da força tarefa do GCF	Os projetos devem ter resultados claros e mensuráveis e estar alinhados com as metas estratégicas da Força-Tarefa do GCF, garantindo a responsabilidade e a transparência.	<ul style="list-style-type: none"> • Métricas definidas para monitorar a sustentabilidade, o impacto econômico e a igualdade social • Alinhamento com as estratégias da Força Tarefa GCF, incluindo o Plano de Ação de Manaus • Sistemas transparentes de monitoramento e relatórios para melhoria contínua

APÊNDICE B.

PROCESSOS REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE MECANISMOS ESPECÍFICOS

Para apoiar as jurisdições e os parceiros, fornecemos um processo passo a passo de como os quatro componentes básicos de investimento identificados acima poderiam se basear em parceiros e mecanismos de financiamento para estabelecer a Nova Economia Florestal.

ETAPA 1 | Identificar o tipo de investimento

Descreva o tipo de investimento com base nas prioridades jurisdicionais.

Exemplo: Identificar o programa de restauração por meio de um processo de consulta com as comunidades locais.

ETAPA 2 | Identificar mecanismos potenciais

Consulte o Apêndice C para obter uma lista não exaustiva de diferentes mecanismos.

ETAPA 3 | Identificar fontes de recursos

Enfatize a necessidade de explorar diversas opções de financiamento devido ao financiamento público internacional limitado e um tanto lento disponível. É essencial avaliar também as oportunidades domésticas para garantir um fluxo constante e suficiente de fundos.

Descreva os fundos domésticos - como orçamentos nacionais, fundos do governo local e investimentos do setor privado - e as fontes internacionais - como fundos climáticos, agências internacionais de desenvolvimento e mercados globais de carbono.

ETAPA 4 | Especificar os requisitos do projeto

Assegurar que o mecanismo de financiamento esteja alinhado às prioridades jurisdicionais e às realidades operacionais, e que os fundos sejam usados para o fim a que se destinam.

Projetar mecanismos para atender aos critérios de uma Nova Economia Florestal no Apêndice A (alinhar-se às Estratégias de Desenvolvimento de Baixas Emissões, apoiar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico e atender adequadamente às necessidades e realidades locais).

Os mecanismos de financiamento devem estar alinhados com as prioridades estratégicas da Força Tarefa GCF, incluindo a promoção do uso sustentável da terra, a redução do desmatamento, o aumento da resistência climática e a garantia da igualdade social e do envolvimento da comunidade. O financiamento também deve aderir aos [Princípios Orientadores da Força Tarefa GCF para Parceria e Colaboração entre Governos Subnacionais, Povos Indígenas e Comunidades Locais](#) e [Política de Gênero](#), que enfatizam a inclusão, o respeito ao conhecimento tradicional e a equidade de gênero.

ETAPA 5 | Emparelhar com outros mecanismos

Destacar as sinergias entre os diferentes mecanismos de financiamento.

Aproveitar a experiência e a rede da Força Tarefa GCF para maximizar a eficácia dos mecanismos combinados.

Exemplo: Combinação do Pagamento por Serviços Ambientais com iniciativas de turismo sustentável.

ETAPA 6 | Avaliar o resultado

Medir o impacto na redução da taxa de desmatamento e nos meios de subsistência da comunidade.

Exemplo: aumento da área florestal sob manejo sustentável e aumento de empregos.

PASSO 7 | Replicar, dimensionar ou modificar

Discutir estratégias para ampliar modelos bem-sucedidos com parceiros e adaptá-los a outras regiões.

APÊNDICE C.

ESTUDOS DE CASO E EXEMPLOS DE MECANISMOS FINANCEIROS ADICIONAIS

Este apêndice apresenta vários estudos de caso específicos de diversos tipos de mecanismos financeiros que foram implantados nas jurisdições da Força Tarefa GCF, seguidos de uma breve visão geral de outros mecanismos financeiros que avaliamos e que são usados para apoiar iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Esta não é uma lista exaustiva, mas uma lista de recursos e diferentes instrumentos financeiros para proteger a natureza e melhorar os padrões sociais nas jurisdições e comunidades membros da Força Tarefa GCF. Os mecanismos financeiros descritos neste documento geralmente se sobrepõem e podem ser aplicados de forma combinada.

I. FUNDOS DE ÁGUA

Os fundos de água são mecanismos financeiros inovadores projetados para proteger e gerenciar recursos hídricos vitais, investindo na conservação de bacias hidrográficas e em práticas sustentáveis de uso da terra. Eles desempenham um papel fundamental para garantir a disponibilidade e a qualidade da água, principalmente em regiões onde as fontes naturais de água estão ameaçadas.¹ Eles operam como um pagamento antecipado financiado e gerenciado localmente para serviços de ecossistema.

Principais componentes

- **Os fundos de água são normalmente financiados por meio de uma combinação de fontes públicas e privadas.** Essas fontes podem incluir órgãos governamentais, organizações internacionais, empresas e comunidades locais. Os fundos são usados para apoiar projetos que melhoram a qualidade da água, gerenciam bacias hidrográficas e implementam práticas de conservação.
- **Os fundos de água bem-sucedidos têm estruturas de governança bem definidas que incluem um conselho ou comitê de múltiplos acionistas.** Esse órgão supervisiona as operações do fundo, define prioridades estratégicas e garante a transparência e a responsabilidade nos processos de tomada de decisão.
- **Os fundos de água eficazes envolvem uma ampla gama de participantes, como comunidades locais, órgãos governamentais, empresas e organizações não governamentais.** Esse envolvimento ajuda a alinhar interesses, promove a colaboração e garante que o fundo atenda às necessidades e preocupações de todos os acionistas.
- **Os fundos hídricos apoiam vários projetos de conservação, incluindo reflorestamento, agricultura sustentável, controle de erosão e gestão da poluição.** Essas iniciativas têm como objetivo melhorar a saúde das bacias hidrográficas, aprimorar a qualidade da água e promover o uso sustentável dos recursos.
- **O monitoramento e a avaliação regulares são fundamentais para avaliar o impacto dos projetos de fundos de água.** Isso envolve a avaliação de melhorias na qualidade da água, mudanças nas práticas de uso da terra e a saúde geral da bacia hidrográfica. O monitoramento eficaz ajuda a demonstrar o valor do fundo e orienta os investimentos futuros.

Resultados esperados

- **Melhoria da qualidade da água:** Os fundos de água contribuem para reduzir a poluição e melhorar a qualidade da água potável, apoiando a conservação de bacias hidrográficas e práticas sustentáveis.
- **Saúde aprimorada do ecossistema:** Os projetos de conservação financiados por fundos hídricos ajudam a proteger os habitats naturais, manter a biodiversidade e sustentar os serviços ecossistêmicos.
- **Gestão sustentável da água:** Ao promover práticas sustentáveis, os fundos de água garantem a disponibilidade e o gerenciamento de longo prazo dos recursos hídricos, equilibrando as necessidades ecológicas e humanas.
- **Benefícios econômicos:** A melhoria da qualidade da água e da saúde do ecossistema pode apoiar as economias locais por meio do aumento da produtividade agrícola, da melhoria das oportunidades de turismo e da redução dos custos de tratamento da água.

1 O que é um fundo de água? [Caixa de ferramentas de fundos de água da The Nature Conservancy](#).

Estudo de caso: Santa Cruz, Bolívia - Fundación Natura Bolivia e acordos recíprocos de água

A **Fundación Natura Bolívia** foi pioneira no uso de **Acordos Recíprocos de Água (Acuerdos Recíprocos por Agua, ARAs)** para proteger milhões de hectares da floresta boliviana. Esses acordos se baseiam em um princípio simples: os proprietários de terras a montante concordam em conservar suas florestas em troca de uma compensação na forma de colmeias, árvores frutíferas ou outros recursos que melhorem seus meios de subsistência. Ao garantir a cooperação das comunidades locais e promover o uso sustentável da terra, esses acordos protegeram com sucesso áreas críticas da floresta. As comunidades de comunidades a montante e a jusante são beneficiadas pelas ARAs, garantindo um suprimento constante de água limpa para as comunidades a jusante e preservando a biodiversidade. O sucesso desses ARAs está em sua natureza recíproca, em que as comunidades a montante e a jusante se beneficiam do acordo. Desde sua criação, esses acordos levaram à conservação de mais de 6 milhões de hectares de floresta, impactando diretamente a vida de 60.000 pessoas em toda a Bolívia. O modelo da Fundación Natura Bolívia tornou-se um exemplo importante de como os fundos de água podem ser implementados de forma eficaz para atingir metas ambientais e sociais, promovendo a sustentabilidade e a resiliência de longo prazo em ecossistemas vulneráveis.

II. O FUNDO AMAZÔNICO

O **Fundo Amazônia** é uma iniciativa importante no Brasil, criada para apoiar os esforços de redução do desmatamento e promover o uso sustentável da terra na floresta amazônica. Criado em 2008, o fundo é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e é financiado principalmente por doações da comunidade internacional, sendo a Noruega o maior contribuinte. O Fundo Amazônia desempenha um papel crucial no apoio aos estados brasileiros, especialmente aos estados da Força Tarefa GCF na região amazônica, fornecendo recursos financeiros e apoio técnico para iniciativas lideradas pelos estados. Essa colaboração aumenta a capacidade dos estados de implementar políticas ambientais, melhorar a governança florestal e promover o desenvolvimento sustentável alinhado às prioridades regionais. A estrutura de governança participativa do Fundo garante que as perspectivas estaduais sejam incluídas nos processos de tomada de decisão, alinhando ainda mais suas atividades com as necessidades específicas de cada estado.

Componentes principais

- **O Fundo Amazônia é financiado por doações de governos estrangeiros, principalmente da Noruega e da Alemanha, e de outros doadores internacionais.** Os recursos são desembolsados com base nas reduções de emissões verificadas na Amazônia, com ênfase no apoio aos esforços do Brasil para conter o desmatamento. O Fundo recebeu um total de aproximadamente US\$ 236 milhões em doações, principalmente da Noruega, Alemanha e Petrobras. Desse total, cerca de US\$ 150 milhões foram desembolsados para financiar mais de 100 projetos destinados a reduzir o desmatamento, promover o uso sustentável da terra e aumentar a capacidade das comunidades locais e indígenas na região amazônica, de acordo com o site do Fundo Amazônia.
- **O Fundo Amazônia é administrado pelo BNDES, o banco nacional de desenvolvimento, que supervisiona a alocação de recursos para vários projetos.** Um comitê gestor, composto por representantes dos governos federal e estadual, da sociedade civil e de organizações indígenas, garante que as atividades do fundo estejam alinhadas com as prioridades nacionais e locais.
- **O fundo envolve uma ampla gama de partes interessadas, incluindo comunidades locais, ONGs, agências governamentais e parceiros do setor privado.** Essa abordagem inclusiva garante que os projetos financiados pelo Fundo Amazônia sejam relevantes para as necessidades das pessoas mais afetadas pelo desmatamento e pela degradação ambiental.
- **O Fundo Amazônia apoia uma ampla gama de projetos, incluindo monitoramento florestal, agricultura sustentável e o fortalecimento de territórios indígenas.** Esses projetos foram concebidos para promover o uso sustentável da terra, melhorar a governança florestal e aprimorar os meios de subsistência das comunidades locais.
- **O Fundo Amazônia dá grande ênfase ao monitoramento e à avaliação do impacto dos projetos financiados.** Isso inclui o acompanhamento das reduções nas taxas de desmatamento, melhorias nas práticas de uso da terra e a saúde geral do bioma amazônico.

Resultados esperados

- **O Fundo Amazônia tem como objetivo reduzir significativamente o desmatamento na Amazônia**, contribuindo para os esforços globais de combate às mudanças climáticas.
- Ao financiar projetos que promovem o uso sustentável da terra e melhoram os meios de subsistência locais, **o Fundo Amazônia apoia o desenvolvimento econômico de longo prazo da região amazônica**
- **A estrutura de governança do fundo promove a transparência e a responsabilidade**, garantindo que os projetos sejam gerenciados com eficácia e produzam resultados tangíveis.

▶ **Estudo de caso:** Acre, Brasil - Apoio do Fundo Amazônia ao projeto Acre Zero Incêndios Florestais

O Fundo Amazônia tem sido fundamental no apoio ao Estado do Acre por meio do projeto "Zero Incêndios Florestais", que visa reduzir significativamente a incidência de incêndios florestais na região. Esse projeto, com um **investimento total de aproximadamente R\$ 15,6 milhões (cerca de US\$ 3,2 milhões)** do Fundo Amazônia, concentra-se no aprimoramento das medidas de prevenção e controle de incêndios no Acre. A iniciativa é fundamental para proteger as vastas florestas do estado dos efeitos devastadores dos incêndios, que têm se tornado cada vez mais frequentes devido às mudanças climáticas e às atividades humanas.

O projeto "Zero Incêndios Florestais" envolve o fortalecimento das capacidades de combate a incêndios do Acre por meio da melhoria dos sistemas de monitoramento, do treinamento de brigadas de incêndio locais e da conscientização da comunidade sobre a importância da prevenção de incêndios florestais. O projeto também integra tecnologias avançadas, como o monitoramento por satélite, com o conhecimento tradicional das comunidades locais para criar um sistema eficaz de alerta precoce e resposta. Como resultado, o projeto conseguiu reduzir o número de incêndios florestais, protegendo o meio ambiente e a subsistência das pessoas que dependem da floresta.

Essa iniciativa é um componente fundamental da estratégia mais ampla do Acre para alcançar o manejo florestal sustentável. O investimento substancial do Fundo Amazônia no projeto "Zero Incêndios Florestais" não só ajudou a proteger a biodiversidade da região, mas também reforçou a posição do Acre como líder em conservação ambiental na Amazônia. O sucesso do projeto serve de modelo para outras regiões da bacia amazônica que enfrentam desafios semelhantes na prevenção e no gerenciamento de incêndios florestais.

Fontes: Fundo Amazônia - Projeto Zero Incêndio Florestal e Visão Geral do Fundo Amazônia.

III. TRANSFERÊNCIAS FISCAIS ECOLÓGICAS

As Transferências Fiscais Ecológicas (EFTs) são mecanismos financeiros que redistribuem recursos de governos nacionais ou centrais para entidades subnacionais (como estados, províncias ou municípios) com base em seu desempenho ambiental. Essa relação é fundamental para as EFTs, pois alinha os incentivos fiscais às metas ecológicas, incentivando uma melhor gestão ambiental em nível local. Os governos nacionais estabelecem a estrutura e os critérios para as transferências, enquanto as entidades subnacionais são responsáveis pela implementação de práticas de conservação e pelo gerenciamento dos recursos naturais. Essa estrutura garante que os governos locais sejam motivados a melhorar os resultados ambientais, pois seus recursos financeiros estão diretamente ligados ao seu desempenho ecológico.

Componentes principais

- **As EFTs distribuem recursos financeiros com base em critérios ambientais específicos.** Esses critérios podem incluir medidas como gerenciamento de áreas protegidas, conservação de florestas ou melhorias na qualidade da água. A distribuição é projetada para recompensar as entidades que atingem ou mantêm altos padrões ambientais.
- **A alocação de fundos é baseada em indicadores ambientais, como a extensão das áreas protegidas, a conservação da biodiversidade ou o controle da poluição.** Esses indicadores são usados para avaliar e comparar o desempenho ambiental de diferentes entidades.

- **A implementação de EFTs envolve órgãos estaduais ou nacionais que definem critérios de avaliação, supervisionam a distribuição de fundos e garantem a conformidade com os requisitos do programa.** A colaboração com governos locais e organizações ambientais é fundamental para um gerenciamento eficaz.
- **O monitoramento e a avaliação regulares são essenciais para avaliar o impacto das EFTs.** Isso inclui o acompanhamento dos resultados ambientais, a avaliação da eficácia dos mecanismos de financiamento e a realização dos ajustes necessários para aprimorar o programa.

Resultados esperados

- **As EFTs promovem esforços de conservação ao** fornecer incentivos financeiros para uma melhor gestão ambiental e proteção dos recursos naturais.
- **O alinhamento das transferências fiscais com o desempenho ecológico apoia um gerenciamento mais eficaz e sustentável dos recursos naturais.**
- **Os fundos das EFTs podem ser usados para desenvolver a capacidade local** de gerenciamento ambiental, melhorar a infraestrutura e aumentar o envolvimento da comunidade nas atividades de conservação.
- **As EFTs dependem de indicadores e dados ambientais específicos,** garantindo que os fundos sejam alocados com base em resultados concretos e mensuráveis.

► Estudo de caso: Kalimantan do Norte, Indonésia - Transferência fiscal ecológica

Kalimantan do Norte implementou um esquema inovador de EFT para promover a governança florestal sustentável e o gerenciamento ambiental. Esse esquema, iniciado em 2019, baseia-se no compromisso da província com o desenvolvimento de base ecológica, integrando indicadores ecológicos às transferências fiscais. A estrutura do EFT em Kalimantan do Norte opera por meio de vários canais, incluindo o Fundo de Incentivo Regional (DID), o Fundo de Alocação Específica (DAK) e os Fundos de Aldeia (DD). Esses fundos são alocados para regiões e vilarejos com base em seu desempenho ecológico, incentivando os governos locais a investir em esforços de conservação e a manter sua integridade ecológica.

O esquema EFT de Kalimantan do Norte tem sido fundamental para lidar com os desafios ambientais da região, especialmente na preservação de seus vastos ecossistemas e florestas de mangue. Ao vincular os incentivos fiscais aos resultados ecológicos, Kalimantan do Norte não só aumentou a proteção de seus recursos naturais, mas também melhorou a capacidade dos governos locais de gerenciar esses recursos de forma sustentável. Essa abordagem levou a melhores condições ambientais em nível de vilarejo e promoveu uma maior conscientização ambiental entre as comunidades locais, tornando Kalimantan do Norte um exemplo importante de como as políticas fiscais podem ser aproveitadas para atingir metas ambientais e socioeconômicas.

Fonte: *Força-tarefa do GCF e livro de apresentação do CDP para Kalimantan do Norte.*

IV. EXEMPLOS ADICIONAIS DE MECANISMOS FINANCEIROS PARA AÇÕES CLIMÁTICAS

Pagamento por serviços ambientais (ou ecossistêmicos): Talvez o instrumento financeiro mais conhecido para a conservação da natureza, os Pagamentos por Serviços Ambientais (PES) são incentivos financeiros (pagamentos) oferecidos aos usuários ou administradores de terras em troca da gestão de suas terras de forma a proporcionar benefícios ambientais. Esses benefícios, conhecidos como serviços ambientais ou de ecossistema, são as funções naturais que os ecossistemas saudáveis proporcionam a todos nós, como água limpa, sequestro de carbono e biodiversidade. Por exemplo, um financiador pode pagar por hectares de terra conservada, como no caso das florestas tropicais. O PES pode ser visto como um instrumento que pode ser adaptado a desafios específicos de jurisdições ou paisagens, como um melhor gerenciamento de incêndios ou o pagamento de proprietários de terras para conservar áreas críticas de suas propriedades, como nascentes de água ou leitos de rios. Há uma grande variedade na forma como os programas de PSA são criados. Isso inclui o tipo e o tamanho dos benefícios ambientais que eles visam, quem paga por eles, quais ações eles recompensam, como medem o sucesso e quanto e como pagam aos participantes. A eficácia e a eficiência dos programas de PSA dependem comprovadamente da qualidade de seu projeto. Em última análise, um programa de PSA bem projetado é fundamental para seu sucesso.

► **Estudo de caso:** [Pagamento por serviços ambientais](#) da Costa Rica gerenciados pelo FONAFIFO para proteger as florestas tropicais primárias. As atividades financiadas diretamente pelo FONAFIFO ou por intermediários credenciados, como organizações não governamentais ou associações locais, incluem proteção, reflorestamento e sistemas agroflorestais.

Mais informações: Pagamentos por serviços ambientais: Past Performance and Pending Potentials, de [Wunder et. al \(2020\)](#).

Fundos fiduciários: Um fundo que contém ativos em nome de uma pessoa ou organização com uma finalidade específica. O uso de fundos fiduciários como instrumento financeiro pode proporcionar financiamento estável e de longo prazo para a proteção ambiental ou atividades que aumentem os meios de subsistência em nossas jurisdições membros. Eles podem ser criados tanto por entidades privadas quanto pelo governo. Exemplos desse instrumento financeiro são os Fundos de Água de toda a América Latina, onde diferentes partes interessadas que coexistem no território de uma bacia hidrográfica contribuem financeiramente para o fundo fiduciário com um administrador designado (normalmente uma organização não governamental) que coordena soluções baseadas na natureza, como restauração ou pagamento por serviços ambientais, para obter melhores resultados sociais e ambientais na área. Embora os Fundos de Água sejam um instrumento financeiro estabelecido e focado em bacias hidrográficas, os fundos fiduciários também podem operar com foco em ações de gerenciamento de terras.

► **Estudo de caso:** Os [fundos de água](#) no Equador operam por meio de investimentos de atores privados e públicos envolvidos e interessados em preservar a bacia em um esquema participativo. Esses esquemas participativos estão de acordo com as Abordagens Jurisdicionais da Força Tarefa GCF, pois a participação é fundamental para aprimorar e legitimar as ações realizadas na paisagem.

Mais informações: [Aliança Latino-Americana de Fundos de Água](#)

Trocas de dívida por natureza: Os swaps de dívida por natureza convertem a dívida externa de um país em moeda local, que é então usada para financiar projetos de conservação ou ambientais. Em um swap de dívida por natureza, um investidor, como um doador bilateral ou multilateral, um investidor privado ou uma ONG, pode extinguir uma parte da dívida de um país de renda baixa ou média em troca de moeda local ou "títulos ecológicos". Esses fundos são então usados para apoiar projetos ambientais no país beneficiário.

► **Estudo de caso:** [Em uma colaboração de 2016](#), Seychelles fez uma parceria com a The Nature Conservancy (TNC) para reestruturar uma parte de sua dívida nacional. Essa abordagem inovadora gera até US\$ 430.000 por ano, especificamente alocados para esforços de conservação marinha e adaptação às mudanças climáticas no país.

Mais informações: [Artigo do Fórum Econômico Mundial](#)

Capital concessional: Mobilizar capital concessional significa financiar a taxas de juros abaixo do mercado, facilitando o financiamento de projetos ambientalmente corretos. Isso pode ser feito na forma de doações (sem necessidade de reembolso), empréstimos flexíveis (com juros baixos, longos períodos de reembolso e períodos de carência estendidos) ou alívio da dívida (perdão parcial ou total da dívida existente).

► **Estudo de caso:** [Incentives for Sustainable Soy in the Cerrado](#) (TNC, 2019), e o Plano ABC do Brasil, quedurou uma década e utilizou crédito público subsidiado para financiar práticas agrícolas de baixo carbono.

Mais informações: O papel do financiamento transitório no cumprimento das metas climáticas e de usoda terra ([UNEP et al., 2023](#)).

Mecanismos de redução de risco: Os mecanismos de redução de risco se concentram em abordar as preocupações com o investimento, diminuindo o risco para o investidor ou provedor de fundos. Isso pode envolver garantias que cubram possíveis inadimplências de empréstimos, assistência técnica para aumentar a eficiência do projeto e garantias de primeira perda que atenuem as perdas iniciais em caso de fracasso do projeto. Ao abordar esses fatores de risco, os mecanismos de redução de risco incentivam a participação do setor privado e liberar recursos financeiros adicionais para as metas de desenvolvimento sustentável. A redução de riscos também pode vir na forma de leis e políticas governamentais que estabelecem transparência e certeza em um mercado ou em uma jurisdição, o que pode ajudar a atrair investidores.

► **Estudo de caso:** [O Responsible Commodities Facility \(RCF\)](#) fornecerá empréstimos rotativos de capital de giro com taxas de juros reduzidas para produtores de soja que vão além das exigências legais de proteção ambiental.

Mais informações: Financing Nature-Based Solutions for Adaptation at Scale (Financiamento de soluções baseadas na natureza para adaptação em escala): Learning from Specialized Investment Managers and Nature Funds ([Centro Global para Adaptação, 2023](#))

Financiamento misto: O financiamento misto combina recursos públicos e privados para reduzir o risco dos investimentos e liberar capital privado para soluções climáticas. Os fundos públicos ou filantrópicos podem atuar como um catalisador, aumentando a atratividade para o investimento do setor privado. A maioria dos instrumentos financeiros descritos acima pode ser classificada como mecanismos de financiamento combinado se for uma combinação de recursos financeiros públicos e privados, com o objetivo de alavancar esses recursos para acelerar o progresso em direção às metas ambientais. O Project Finance for Permanence (PFP) é um exemplo de como um plano de financiamento combinado pode ser elaborado.

► **Estudo de caso:** A [iniciativa Herencia Colombia](#), financiada pelo modelo PFP, garantiu US\$ 245 milhões de fontes públicas e privadas para proteger permanentemente 32 milhões de hectares de paisagens e marinhas na Colômbia.

Mais informações: Os PFPs servem como uma ferramenta para que governos e comunidades locais, em parceria com financiadores e ONGs, tirem proveito de uma série de instrumentos financeiros e garantam o gerenciamento e o financiamento de longo prazo para redes de áreas de conservação.

Pagamentos baseados em resultados: Os Pagamentos Baseados em Resultados (RBP) são pagamentos prometidos com base na obtenção de um resultado acordado (por exemplo, redução das taxas de desmatamento). Os RBPs são um elemento fundamental dos mecanismos de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+), garantindo que o desempenho do REDD+ seja devidamente incentivado e recompensado e fornecendo um fluxo de receita para que as jurisdições e comunidades continuem a implementar programas e atividades para reduzir o desmatamento.

► **Estudo de caso:** Acordo de redução de emissões da Forest Carbon Partnership com a província de Kalimantan Oriental, Indonésia ([Banco Mundial, 2022](#)).

Mais informações: Revisão de evidências: Pagamentos baseados em resultados ([Unidade de Avaliação Independente do Fundo Verde do Clima, 2020](#))

Financiamento do mercado de carbono: O financiamento do mercado de carbono combate a mudança climática por meio de instrumentos de emissão negociáveis (por exemplo, créditos e permissões). Há dois tipos de mercado: o voluntário, em que as empresas podem compensar suas emissões voluntariamente, geralmente por meio da compra e retirada de créditos de compensação verificados resultantes da proteção florestal e de outros tipos de atividades; e os mercados regulamentados ou de conformidade, em que a participação e a conformidade com os requisitos do mercado são obrigatórias. Em um mercado de conformidade - geralmente chamado de mercado de emissões Sistema de Comércio de Emissões (ETS) - um governo pode estabelecer um limite (cap) para o total de emissões de gases de efeito estufa que diminui ao longo do tempo para atingir uma meta de redução de emissões. O ETS se aplicaria a setores limitados (por exemplo, indústria, eletricidade, transporte, manufatura) e o limite seria dividido em permissões, que são disponibilizadas de várias maneiras, inclusive por meio de leilões, o que ajuda a definir um sinal claro de preço sobre as emissões. As entidades devem entregar licenças suficientes para corresponder às suas emissões reais e, com a diminuição das licenças ao longo do tempo e o aumento do preço, elas são incentivadas a investir em tecnologias limpas e abordagens de baixo carbono e a reduzir suas emissões. Muitos ETS também incluem oportunidades para incentivar reduções e remoções em setores que não são cobertos pelo limite (por exemplo, soluções baseadas na natureza) por meio da geração e inclusão de créditos de compensação.

► **Estudo de caso:** Iniciativas como o [Programa Cap-and-Trade](#) da Califórnia incluem permissões de carbono e créditos de compensação que podem ser comercializados e usados para financiar atividades de redução de emissões. Programas como a [Coalizão LEAF](#) buscam gerar créditos jurisdicionais de REDD+ para jurisdições que utilizam o [padrão ART/TREES](#).

Mais informações: Relatório do Mercado de GEE 2023 ([IETA, 2023](#))

Créditos de biodiversidade: Os créditos de biodiversidade são um instrumento baseado no mercado que incentiva ações que aumentam a biodiversidade. Semelhante aos créditos de carbono para reduções de gases de efeito estufa, os créditos de biodiversidade representam melhorias mensuráveis na saúde e na diversidade dos ecossistemas. Os proprietários de terras, comunidades ou organizações que implementam práticas que promovem a biodiversidade podem obter esses créditos. Esses créditos podem então ser negociados em um mercado, permitindo que empresas ou indivíduos compensem seus impactos negativos sobre a biodiversidade por meio da compra de créditos. Isso cria um incentivo financeiro para os esforços de conservação e restauração da biodiversidade.

► **Estudo de caso:** Os esquemas de crédito para a biodiversidade ainda são incipientes, mas estão sendo desenvolvidos em todo o mundo. Um [relatório](#) recente da Pollination avalia vários esquemas.

Mais informações: [Can "Biodiversity Credits" Boost Conservation? \(WRJ, 2024\)](#)

Financiamento liderado pela comunidade: Financiamento liderado pela comunidade em projetos florestais e climáticos capacita as comunidades locais a gerenciar e se beneficiar dos esforços de conservação. Ele envolve a tomada de decisões locais e o compartilhamento de benefícios, alavancando o conhecimento indígena e promovendo práticas sustentáveis. As fontes de financiamento incluem bancos multilaterais de desenvolvimento, ajuda bilateral de países desenvolvidos, fundos internacionais para o clima, ONGs, fundações filantrópicas, iniciativas de RSC do setor privado, crowdfunding, subsídios governamentais e acordos ambientais internacionais, como o REDD+. Essas diversas fontes garantem que as comunidades, geralmente as mais afetadas pelas mudanças climáticas, tenham os recursos necessários para o gerenciamento eficaz dos recursos naturais.

► **Estudo de caso:** A [Community Land Rights and Conservation Finance Initiative \(CLARIFI\)](#) foi criada para capacitar as comunidades locais, garantindo os direitos à terra e facilitando o acesso ao financiamento da conservação. A iniciativa oferece assistência técnica, recursos financeiros e parcerias estratégicas para ajudar as comunidades a gerenciar suas terras de forma sustentável e a se beneficiar dos esforços de conservação. O objetivo do CLARIFI é alinhar o financiamento da conservação com os direitos à terra da comunidade, melhorando os resultados ambientais e a capacitação local. A iniciativa busca levantar US\$ 10 bilhões para apoiar essas metas, desembolsados em doações de US\$ 100.000 a US\$ 50 milhões, promovendo o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade.

► **Estudo de caso:** O [Fundo Territorial Mesoamericano](#) é um mecanismo financeiro alternativo criado pela Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas, por e para povos indígenas e comunidades locais. O Fundo busca aumentar o financiamento direto para uma média anual de 30 a 40 doações com valores a partir de US\$ 50 mil. Ele é administrado por um Conselho de Administração composto por sete pessoas.

Mais informações: [Home \(clarifirights.org\)](#) e [Fondo Territorial Mesoamericano](#)